

MEMÓRIA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA

Pousada Aldeia Portuguesa – Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabrália

DATA: 13 de dezembro de 2017

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Almir Requião	2- Manguezal Meu Quintal
4- Beline Passos	3- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
5- Sueli Abad	4- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
6- Marcia Braga	
7- Ivana Lamas	5- Conservação Internacional – CI Brasil
8- Waldir Paixão Graciano	6- Associação de Moradores Comunidade Oliveira Costa
9- M ^a Graças R. Depolo	7- Associação de Moradores de Costa Dourada - AMCD
10- Célio Roberto C. Costa	
11- Marcelo S. Pereira	8- Fibria
12- Thiago Rizzo	
13- Rosa Penzza	9- Diálogo do Cacau
14- José Francisco Júnior	10- Grupo Ambiental Natureza Bela
15- Bruno Garcia	11- 2 Tree Consultoria/Aspex
16- André S. Becher	12- Suzano
17- Yugo Matsuda	
18- Vilma Cruz Castro	
19- Virgínia Camargos	13- Veracel
20- Pedro Cardoso	
21- Ernandes Ferreira da Silva	14- ADAB/ABAF
22- Beto Mesquita	15- Consultor

13/12 - Avaliação e validação dos temas propostos na oficina

O secretário executivo iniciou os trabalhos esclarecendo que o objetivo maior da reunião era avaliar as propostas geradas pelo grupo durante a oficina, já que a finalidade da oficina não era tomar decisões e sim ser um momento de reflexão, de analisar o FF no contexto atual do Extremo Sul e elaborar uma proposta de atuação estratégica do FF para os próximos 5 anos, fortalecendo o ambiente de diálogo e a construção coletiva que vem sendo realizada nos últimos 13 anos. Com esse objetivo, contou com a participação de diversas pessoas que não fazem parte do dia a dia do FF. Entre os quais, lideranças pataxó e o promotor Fábio

Fernandes, do NUMA Costa das Baleias. Ilustrou com apresentação de fotografias de vários momentos da oficina, com destaque para os trabalhos em grupo. Em seguida, colocou para validação da plenária as propostas surgidas na oficina. ***(Segue anexo quadro com as deliberações aprovadas pela plenária).***

- Nova redação dos princípios do FF e construção da visão do FF, que não existia. Em seguida, a plenária se debruçou sobre as propostas surgidas – priorizadas - nos grupos de trabalho.

A primeira diz respeito à Missão do FF de “ser espaço permanente de diálogo da sociedade sobre as florestas no Extremo Sul da Bahia”, sendo que a proposta surgida na oficina foi incluir no texto a palavra paisagem, uma vez que na nova visão de trabalho se quer pensar o território de maneira mais ampla. Após debate, deliberou-se que a Missão do FF é “*Ser espaço permanente de diálogo da sociedade sobre as paisagens no Extremo Sul da Bahia.*”

Em seguida, colocou-se em discussão a proposta sobre a Visão do FF. O secretário executivo esclareceu que o texto deu mais trabalho para ser construído, porque não existia e envolveu grande discussão entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Durante o debate, o secretário executivo lembrou que o consenso é o sistema de decisão adotado no FF. Foi aprovada a seguinte redação: “*Ser reconhecido como um espaço de diálogo amplo e diverso, que contribua para o desenvolvimento sustentável no Extremo Sul da Bahia.*”

Após a definição da Missão e da Visão do FF, o seguinte passo foi rever a temática sugerida pelos grupos de trabalho e os objetivos relacionados a cada tema proposto, elencando aonde se quer chegar com cada um deles. O primeiro tema sugerido nos grupos de trabalho foi PMMA – Planos Municipais de Mata Atlântica. Durante a discussão do tema, o consultor Beto Mesquita ressaltou que durante a oficina de integração dos PMMAs, foi citado o FF como um possível espaço para a articulação de integração dos planos. A proposição foi seguida de debate sobre a legitimidade de o FF assumir a função de articulação dos PMMAs, visto que a implementação dos planos está a cargo das prefeituras municipais. Após diversas ponderações, a redação final ficou nos seguintes termos: “*Propor o FF como um espaço de diálogo para integração e implementação dos PMMAs existentes*”. Foi aprovado ainda:

- *Fomentar a elaboração integrada dos PMMAs para os demais municípios que ainda não tem.* Deliberou-se ainda que o conselho responsável pela integração dos PMMAs será convidado a participar de reunião do FF para fazer uma apresentação sobre os planos, detalhando como foram elaborados e como é a agenda integrada.

O tema seguinte - Mosaicos Florestais Sustentáveis – foi aprovado por unanimidade.

Encaminhamentos:

- Identificar, avaliar a funcionalidade de corredores ecológicos e propor ações de manejo, se necessário

- Dar continuidade ao monitoramento da cobertura vegetal com disponibilização dos resultados e conclusões.

- Influenciar o planejamento da paisagem e o ordenamento territorial a partir dos resultados do monitoramento da cobertura vegetal

Em vários momentos do debate, representantes da região de Costa Dourada pontuaram o isolamento social, ambiental e cultural dos diversos núcleos familiares, causado pelas florestas de eucalipto, e que não se encaixariam dentro do conceito de Corredores Ecológicos e Culturais. Decidiu-se então pela inclusão de um novo tema: “Comunidades, Vilas Rurais e Núcleos Familiares Isolados”.

Dando continuidade à validação dos temas propostos na oficina, abordou-se a “Relação dos Povos Indígenas e Comunidades e Tradicionais com os Recursos Naturais”.

Encaminhamentos:

- Reconhecer e valorizar a relação dos povos indígenas e comunidades tradicionais, mapeando a presença destes no território e sua relação com a natureza e os recursos naturais

- Propor o Fórum Florestal como um espaço de diálogo para construção de alternativas ao uso insustentável de recursos (madeira, pescados etc)

Mapeamento de localização geográfica e qualitativo em que se reconhece e valoriza o uso dos recursos naturais de cada comunidade e quais as alternativas, pois a relação nem sempre é em bases sustentáveis.

O tema “Comunidades, Vilas Rurais e Núcleos Familiares Isolados” trouxe à tona diversos problemas no relacionamento entre as empresas florestais que atuam no baixo Extremo Sul e as comunidades. Ventilou-se que nas reuniões realizadas nas comunidades, os representantes atuantes no FF não são convocados a participar. E que trazer mais pessoas das comunidades para as reuniões do FF vai gerar expectativas de solução que os representantes mais antigos não estão vendo acontecer. Representante de Costa Dourada e da Suzano comentaram a iniciativa “Conselho Comunitário”, que reúne lideranças de várias comunidades e a empresa para criação de planos de ação, tendo em vista a resolução de problemas conjuntamente e também projetos de geração de renda. O secretário executivo sugeriu que as lideranças e comunidades que têm projetos sociais e culturais apoiados pelas empresas participem das reuniões do FF, promovendo o engajamento destas lideranças dentro do espaço de diálogo que é o FF. O representante da Fibria argumentou que se continuar trazendo os problemas do varejo, gastar uma manhã inteira e sair sem solução, não vai conseguir se caminhar da forma como se quer nos próximos 5 anos. Identificar os problemas que são oportunos de serem discutidos e tirar de pauta os que não são. E lembrou que existem outros canais de atendimento para as demandas das comunidades, sem ter que trazer para reuniões do FF. O representante do MDPS recomendou a utilização do Formulário de Ocorrências, sendo o mesmo enviado para a secretaria executiva, que encaminhará para as empresas, que terão que se pronunciar a respeito na próxima reunião plenária do FF.

A representante de Costa Dourada concordou que é preciso buscar outras formas para solucionar os problemas, mas que dentro da paisagem do território não se pode esquecer que existem índios, quilombolas e comunidades tradicionais.

Encaminhamentos:

- Monitorar o cumprimento do acordo do afastamento dos núcleos urbanos
- Mapear as comunidades, vilas rurais e núcleos familiares isolados, identificando desafios e potencialidades
- Manter o Fórum Florestal como um espaço de diálogo para construção de soluções para enfrentar os desafios e aproveitar as potencialidades identificadas

Durante a discussão do tema “Recuperação e melhores práticas para áreas produtivas (silvicultura – além de celulose -, atividades agropecuárias, turismo e urbanização, dentre outras)”, o representante do Natureza Bela avaliou como insustentável a situação dos municípios de Caravelas, Nova Viçosa, Alcobaça e Mucuri que tem mais de 50% da área agricultável ocupada por plantio de eucalipto. Alertou os representantes das empresas sobre fomentados que desmataram áreas e mesmo assim tiveram seus contratos renovados. E apontou que existem casos continuados de desrespeito à legislação e que alguns desses casos foram denunciados há 4 anos, resultando em multa do MP a 11 propriedades que tinham sido potencialmente desmatadas. Citou que 40% do fomento tem irregularidades e que mesmo tendo ciência do desmate Fibria e Suzano continuam renovando o fomento de “criminosos ambientais”. E que repensar o território significa fazer opções de negócio complexas, entre elas, deixar de comprar madeira de proprietários que desmatam e que o FF precisa sair dos assuntos de fundo de quintal e discutir bases territoriais. Questionou o motivo pelo qual Fibria e Suzano não conseguem trabalhar com os mesmos números de taxa de ocupação da Veracel de 20% nos municípios do interior e 15% dos litorâneos, frisando que a Veracel está tendo lucro com essa taxa de ocupação. Finalizando, recomendou que as empresas Fibria e Suzano revejam suas taxas de ocupação nos municípios de Caravelas, Prado, Nova Viçosa e Mucuri. E propôs que elas não renovem contratos com os maus parceiros, o que poderia diminuir a taxa

de ocupação, sem mexer em 1 metro de terra das empresas. E que espera ter uma resposta sobre sua proposição na reunião de março. E que se a resposta for negativa, a organização Natureza Bela vai se desligar do FF, por entender que não é possível discutir território sem um acordo sobre taxa de ocupação com as empresas parceiras.

O representante da Fibria argumentou que pelo Termo de Acordo e Conduta - TAC, assinado com o MP, não podem ser renovados os contratos de proprietários que não estejam adequados ambientalmente. E que a empresa tem uma produtividade de 45m³/ha/ano e está fazendo esforço para se produzir mais dentro da mesma área. Com menos áreas sendo ocupadas.

O secretário executivo avaliou que o colegiado está com deficiência no acompanhamento dos acordos e que o Monitoramento da Cobertura Vegetal, que seria uma ferramenta fundamental para auxiliar na tarefa de observar o território não está sendo eficiente por ser uma compilado de dados, sem produtos específicos que ajudem nessa tarefa, a exemplo de mapas de incremento e decréscimo de mata atlântica. Sobre a proposta do representante do Natureza Bela, afirmou que conversará a respeito com os gerentes de sustentabilidade das empresas Fibria e Suzano.

Prosseguindo, foi debatido o tema “Água (recursos hídricos: rio+mar).

Encaminhamentos:

- Ampliar a sinergia entre temas e encaminhamentos do FF com os comitês de bacias por meio dos membros em comum.
- Identificar a situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas
- Prever no Monitoramento da Cobertura Vegetal o mapeamento e quantificação do déficit de vegetação nas APPs dos principais rios da região
- Transformar a planilha do Encontro pelas Águas em objetivos práticos e exequíveis

Arranjo de governança

Dentro do tema “Arranjo de governança”, o subtema “Inserção do Poder Público” suscitou um longo debate entre os favoráveis e os contrários à idéia. A alegação dos favoráveis envolveu o fato de que o poder público é um ator importante do território, principalmente quando se quer abrir o FF à participação de outras cadeias produtivas da região. E que muitos temas dependem do poder público para serem resolvidos e a não participação deixa muitos assuntos pendentes, a exemplo da implementação dos PMMAs. Já os contrários argumentaram que o poder público nunca foi proibido de participar do FF, já que sempre houve a prerrogativa de serem convidados quando fosse necessário. Também citaram o temor de se transformar o FF num espaço político partidário e do constrangimento de aportar dinheiro e se sentar com órgãos que tem a posição de controle, fiscalização e auditoria das operações das empresas. Os representantes do Natureza Bela, do MDPS e o consultor Beto Mesquita recordaram por qual motivo foi vedada a participação dos representantes do poder público como membros efetivos, restringindo-se a participação aos assuntos que necessitam de esclarecimentos. Sobre o subtema “Manter a estrutura atual do FF e envolver outros atores”, o secretário executivo esclareceu que estava em discussão manter a secretaria executiva, 4 reuniões anuais, 4 reuniões do GT e reuniões extraordinárias quando necessário e organização sede que administra recursos. E lembrou que foi levantado a questão da autonomia do FF, podendo o mesmo ter seu próprio CNPJ e assim administrar os recursos financeiros. Mas não sendo uma entidade executora.

O subtema “Rever o mecanismo de participação de organizações no FF (Art. 35 do RI)” também foi alvo de grande debate. O representante do IAPA esclareceu que vários fatores o levaram a questionar esse artigo do RI, tendo em vista que várias pessoas comentam temas que não dizem respeito à área de abrangência do FF que é restrita ao Extremo Sul da Bahia. E que em várias ocasiões se manifestou a respeito em plenária. E que se sente incomodado quando são citados assuntos que não são do território. O secretário executivo ressaltou que

qualquer organização de qualquer parte do país pode fazer parte do FF, desde que mostre que no seu estatuto existam afinidades com os temas que estão em discussão no FF, assuntos afins as questões socioambientais do território. Mas que não faz sentido o FF financiar com seus recursos organizações que não façam parte do território Extremo Sul da Bahia. O secretário executivo falou da preocupação que se tem em discutir o território e atrair mais organizações que atuam na região e que para isso são necessários mais recursos. O representante do Natureza Bela considerou que é melhor ser mais eficiente na administração dos recursos, para ter organizações de outras regiões. E que quando começa a ser excludente de forma afoita, acaba selecionando só as pessoas que falam aquilo que a gente quer ouvir e que não se traz representantes para dentro colocando outros para fora. A representante da Fundação Jupará solicitou a exclusão da sua organização do FF, argumentando que, dessa forma todos, ficariam mais à vontade. Mas que pretende continuar participando, arcando com suas despesas, por entender que o território é do cacau. E solicitou a entrega da documentação da sua organização.

Encaminhamentos:

- Os representantes das empresas vão levar o assunto "Inserção do Poder Público como membro do FF" para suas diretorias e trazer o posicionamento formal na reunião de março 2018.
- Convidar membros do poder público quando pauta couber
- Manter a estrutura atual de funcionamento do FF
- Organizações que não são do território Extremo Sul da Bahia não terão direito a reembolso de despesas de transporte, alimentação e hospedagem.

Cronograma Reuniões 2018

Finalizando foi definido o calendário de reuniões plenárias e do GT em 2018.

Março

28 – GT
01 e 02 – Plenária

Mai

01 – GT
02 e 03 - Plenária

Agosto

01 – GT
02 e 03 - Plenária

Novembro

07 – GT
08 e 09 - Plenária